



Entre sementes e redes: a experiência da produção de milho crioulo no semiárido baiano e sua transformação em farinha para cuscuz

Between seeds and nets: the experience of creole maize production in the semi-arid region of Bahia and its transformation into flour for couscous

FAGUNDES, Rita¹; SÁ, Adriana²; REIS, Emerson²

¹Integrante do Instituto Uruçu e colaboradora da Arcas, ritafagundes@hotmail.com; ² Fazem parte da equipe de assessoria técnica da Arcas e também são agricultores experimentadores, adriana.gloria@hotmail.com e emersonaugusto.tecagro@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Campesinato e Soberania Alimentar

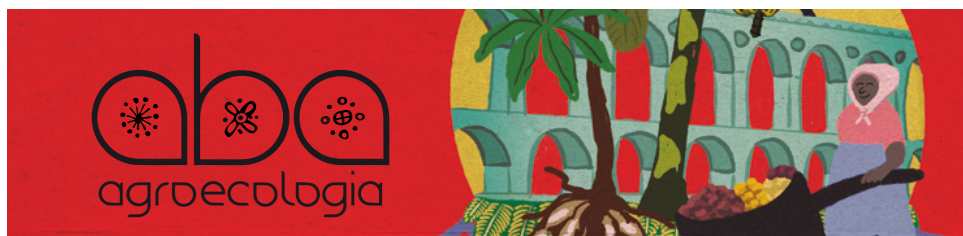
Resumo: Nos últimos anos, parte significativa dos estabelecimentos rurais do semiárido baiano passaram a se dedicar ao monocultivo de milho de transgênico e com isso, sementes que vinham sendo melhoradas e multiplicadas pelas próprias famílias há décadas, passaram a estar suscetíveis a contaminação por eventos transgênicos. Através da articulação em rede, agricultores e agricultoras do semiárido baiano têm encontrado maneiras de produzir as próprias sementes de milho crioulo e destinar o excedente da produção para o beneficiamento, transformando o milho em farinha flocada para cuscuz. Este relato tem o objetivo de socializar essa experiência. Para isso, recorreremos a pesquisa bibliográfica, diários de campo, entrevistas e ainda fizemos uma consulta nos registros contábeis. É possível observar, que ao tempo que a experiência contribui para a segurança alimentar e proteção da agrobiodiversidade, também gera renda e condições efetivas para a reprodução sociocultural das famílias agricultoras do semiárido.

Palavras-Chave: transição agroecológica; soberania alimentar; autonomia.

Contexto

O objetivo deste relato é socializar a experiência de agricultores e agricultoras que vivem na região semiárida da Bahia e tem conseguido produzir milho crioulo e transformar o excedente da produção em farinha flocada para cuscuz, livre de transgênicos e agrotóxicos.

Essas famílias são assessoradas pela Associação Regional de Convivência Apropriada ao Semiárido (ARCAS), uma entidade civil de interesse público, sem fins lucrativos, que foi criada em 1993 a partir de um trabalho da pastoral rural. Na ocasião a pastoral organizou a ida de um grupo de agricultores/as, para participar de uma atividade de formação organizada pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA). Ao retornarem, esses agricultores e agricultoras se reuniram com o objetivo de repassar os conhecimentos adquiridos para outras famílias agricultoras, surgindo a iniciativa de criar uma entidade que desenvolvesse o trabalho de convivência com o semiárido na região. Atualmente a Arcas atua em 26 municípios e desde a sua fundação, atua em rede e faz parte da Articulação do



Semiárido (ASA). Achamos oportuno fazer essa contextualização, pois embora o beneficiamento industrial de milho crioulo seja algo recente, o trabalho com sementes crioulas no território já vem de longa data.

Muitas famílias mantinham a tradição de guardar sementes de um ano para o outro, mas foi só nas décadas de 1980 e 1990 que surgiram algumas iniciativas mais organizadas. Várias comunidades eclesiais de base (CEBs), ligadas à Igreja Católica, identificaram que a criação de casas comunitárias de sementes se configurava como um instrumento fundamental para garantir a produção de alimentos e a subsistência das famílias rurais (Queiroga; Silva; Almeida, 2011). Naquele momento, o que mais preocupava era a seca e/ou a falta de distribuição de sementes por parte do governo no período certo. Se houvesse uma reserva de sementes, mesmo que a produção ficasse comprometida com a seca, seria possível plantar no ano seguinte, pois tendo sementes, as famílias tinham mais autonomia para plantar. Nesse período, surgem no território, as primeiras casas de sementes com caráter comunitário, também conhecidas como bancos comunitários de sementes crioulas.

Em 2015, a partir de uma iniciativa da ASA, as experiências das famílias agricultoras que multiplicavam e armazenavam as sementes passaram a ser valorizadas com a criação do Programa Sementes do Semiárido, um programa inovador que nasceu das práticas das comunidades e teve como objetivo, reformar as casas de sementes existentes, implementar novas e aumentar o estoque e a diversidade de sementes disponíveis às famílias. Participaram do programa, 12.800 famílias ligadas a mais de 400 casas ou bancos de sementes. Destas, mais de 33 foram apoiadas e assessoradas pela Arcas. Foram realizados intercâmbios horizontais, encontros e também foram produzidos materiais pedagógicos. Nas atividades de formação, foram trabalhados temas como a importância da identificação, caracterização, multiplicação e armazenamento das sementes locais; testagem e identificação de sementes contaminadas por transgenia; Estocagem e multiplicação algumas sementes varietais; Gestão comunitária; Ampliação das variedades estocadas nas casas e bancos.

Em 2019, também por intermédio da articulação em rede promovida pela Asa, agricultores e agricultoras assessorados pela Arcas, participaram do Projeto Agrobiodiversidade do Semiárido, uma iniciativa realizada em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que contou com o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O projeto tinha como objetivo, fortalecer e valorizar as estratégias de convivência com o Semiárido realizadas pelas famílias agricultoras e entre as atividades, foram previstas ações de apoio e fortalecimento das casas de sementes e das redes. O projeto também previa ampliar o acesso das famílias rurais aos mercados e as políticas públicas. Dessa mobilização oportunizada por essas ações, nasceu o desejo de produzir uma farinha de milho flocada livre de transgênicos e



agrotóxicos onde as famílias pudessem consumir o alimento e comercializar o excedente. Foi durante uma atividade realizada pelo projeto agrobiodiversidade em fevereiro de 2020 no município de Fátima, pouco antes da pandemia, que a possibilidade concreta de transformar o milho em farinha para cuscuz de modo industrial surgiu.

Descrição da Experiência

Durante uma atividade do Projeto Agrobiodiversidade do Semiárido, que contou com a participação de guardiãs e guardiões de sementes, assessores/as técnicos da Arcas e pesquisadores da Embrapa, foi socializado por uma assessora do projeto, a experiência do Movimento Camponês Popular (MCP) de Sergipe, que desde 2017, vem beneficiando e comercializando farinha flocada para o cuscuz (Fagundes, At. Al, 2020). A assessora levou algumas embalagens do produto para sorteio e perguntou aos agricultores/as presentes, sobre o que achavam da possibilidade de poder consumir um cuscuz como aquele, só que feito com o milho que eles/as produziram. A alegria e a empolgação tomaram conta do momento e vários agricultores e agricultoras relataram que embora plantassem milho - livre de transgênicos e agrotóxicos - consumiam as farinhas comercializadas no mercado local, produzidas por grandes agroindústrias e identificadas como produto transgênico. Não havia no comércio local, farinhas que não fossem transgênicas.

Depois dessa atividade de campo, as atividades coletivas presenciais vinculadas ao projeto foram suspensas como medida de enfrentamento a proliferação do vírus da covid 19, mas a equipe técnica da Arcas não mediu esforços para continuar assessorando as famílias, mesmo que de forma remota ou com visitas técnicas pontuais que respeitavam os protocolos de segurança. Passados alguns meses, o projeto Agrobiodiversidade do Semiárido parou todas as atividades e dispensou a equipe técnica, sem previsão de retorno, pois a fundação responsável por gerir os recursos recebidos pela Embrapa fechou as portas, inviabilizando as ações do projeto. Mesmo assim, a Arcas continuou acompanhando as famílias agricultoras, utilizando recursos próprios e também contou com trabalho voluntário. Mas graças ao apoio do governo estadual da Bahia¹, foi possível continuar assessorando famílias que produziam milho e inclusive, através do Ater Mulher, foi possível ampliar a área de atuação e auxiliar projetos de estruturação e organização de sistemas produtivos de base agroecológica.

¹ Em 2017 foi regulamentada a Lei nº 13.572/2016 que instituiu a Política Estadual de Convivência com o Semiárido. Destaca-se entre os objetivos: garantir o acesso à terra e seus territórios; Garantir o acesso à água; Preservar e promover as culturas e identidades culturais, estimulando o desenvolvimento de culturas sintonizadas com a sustentabilidade e a convivência com o semiárido e; Fortalecer e promover a autonomia da população do semiárido através da inclusão socioproductiva e geração de emprego e renda; Articulação de ações, programas e projetos transversais para estruturação e organização de sistemas produtivos e de comercialização, priorizando os de base agroecológica (Lei nº 13.572/2016).



Com o objetivo de tentar beneficiar o milho para cuscuz, inicialmente, foram realizadas reuniões remotas entre integrantes da Arcas e dirigentes do MCP de Sergipe, estabelecendo parcerias que possibilitaram as primeiras experiências com o beneficiamento. Importante enaltecer a postura do movimento sergipano, que no lugar de ver os vizinhos baianos como concorrentes, os viram como aliados e socializaram todo caminho percorrido e o aprendizado acumulado. Depois das reuniões remotas, chegaram as vacinas, ocorrendo intercâmbios presenciais entre agricultores e agricultoras de Sergipe vinculados ao MCP e agricultores e agricultoras do semiárido baiano vinculados a Arcas. Também foram feitas trocas e comercialização de sementes e foi possível dividir os custos da aquisição de kits de testes de transgenia, facilitando o trabalho das duas organizações.

No que tange aos custos para beneficiamento, a Arcas acordou com o proprietário da agroindústria os mesmos termos que vinham sendo acordados pelo MCP, ou seja, o pagamento pelo serviço não se daria de forma monetária, mas seria feito com o subproduto do milho não utilizado para produção da farinha. O transporte das sacas de milho e depois, das farinhas para cuscuz, foi viabilizado com a utilização de veículos próprios da Arcas. Parte dos pacotes de farinha, frutos do beneficiamento, foi destinado às famílias produtoras e parte foi comercializado. Importante destacar que os agricultores e agricultoras que destinaram milho para o beneficiamento, receberem em média 30% a mais do valor do milho comercializado na região por lojas agropecuárias, granjas e indústrias de ração.

A primeira experiência de beneficiamento ocorreu em julho de 2021, quando integrantes da Arcas trouxeram 10 (dez) sacas de milho para Sergipe e fizeram uma visita ao local² que beneficiava o milho do MCP. Nesta ocasião, foram levados 600 kg de milho crioulo e a farinha para cuscuz beneficiada teve como destino, as comunidades onde estavam localizadas as casas de sementes, sendo feito degustação pelas famílias de agricultores/as e pelos técnicos/as vinculados a Arcas.

Observando a qualidade e alegria das famílias em comer um cuscuz vindo do milho crioulo produzido nas próprias comunidades, a experiência foi se expandindo e a cada 40 dias em média, foi beneficiado mais um lote de 600 kg, ou seja, ao fim de 2021, 1800 kg de milho foram beneficiados, resultando em 1.100 kg de farinha para cuscuz.

A maior parte da produção foi vendida nas comunidades onde o milho foi produzido e na sede da Arcas, através de circuitos curtos de comercialização. Na safra de 2022, foi feito teste para identificar se o milho estava livre de contaminação por

² Embora os municípios de atuação das duas organizações fiquem em estados distintos, a distância entre a sede da Arcas e São Cristóvão, município sergipano onde tem ocorrido o beneficiamento, é de apenas 170 km.



transgênicos. Das amostras livres de contaminação, parte foi destinada a repor ou ampliar o estoque de sementes das casas e bancos comunitários de sementes e o restante foi armazenado para ser beneficiado ao longo do ano. De um total de 366 sacas de milho livre de transgênicos, já foram beneficiadas mais de 20 toneladas e ainda tem 2,7 toneladas para beneficiar, antes da chegada da nova safra. As vendas de 2023 ocorreram de forma similar a 2022. Com a crescente procura pelos consumidores das comunidades e centros urbanos, pretende-se comercializar parte da produção através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

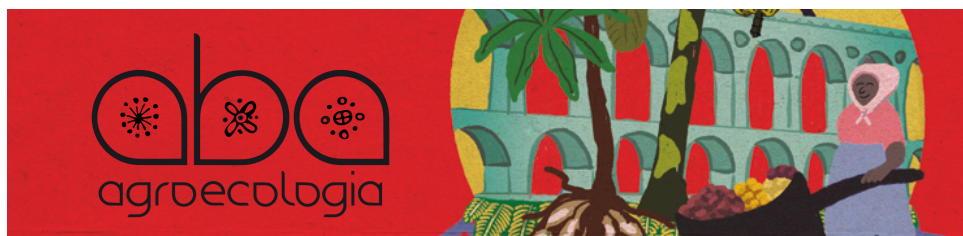


Figura 1: Visita técnica feita durante a pandemia. Figura 2: Embalagem da farinha para cuscuz

Resultados

A experiência se mostrou positiva e promissora sob vários aspectos. Possibilitou uma maior autonomia na esfera produtiva, pois os agricultores e agricultoras não precisam comprar sementes todos anos e ainda podem melhorar e multiplicar as próprias sementes. Contribuiu para a segurança alimentar e nutricional das famílias, tendo em vista que o cuscuz é um alimento que é consumido cotidianamente e só era possível encontrar farinhas transgênicas na região. Contribuiu para a geração de renda, tendo em vista que as famílias agricultoras venderam a saca de milho por um valor superior ao que costumavam vender. Contribuiu para a preservação das variedades de milhos crioulos e elevou a autoestima das famílias, que além de serem agricultoras, também são consumidoras. Com a palavra, Maria Aparecida, agricultora que também é guardiã de sementes e presidente da Associação Quilombola de Viração e Siriquinha:

Sou uma grande guardiã de sementes e estou aqui para falar pra vocês da importância das sementes crioulas, livre de agrotóxicos. Aqui a gente tem o milho landres. Faz mais de 40 anos que a gente tem guardado do meu pai. Quando tinha seca, a gente vinha de um povoado para outro, devido a questão da água. Meu pai trazia essa semente, guardada com o maior cuidado. Como a gente vinha



num caminhão, vinha dentro de uma cabaça e a cabaça quebrou. A gente apanhou, na época eu era criança e a gente apanhou a semente, os grãos. Esses grãos foi pouco, mas foi transformado em muitas e muitas sementes. Até hoje a gente tem essa semente e hoje a gente tem o flocão do cuscuz, onde a Arcas nos compra e transforma no cuscuz orgânico. Foi feito o teste de transgênica e nosso alimento é rico. Só temos a agradecer e temos que tomar o maior cuidado para nossas sementes não serem contaminadas (Maria Aparecida, Jeremoabo - Bahia, julho de 2023).

Sabe-se que parte dos custos decorrem do transporte até a unidade da agroindústria localizada em Sergipe. Se a unidade de beneficiamento estivesse situada na própria região onde o milho é produzido no semiárido baiano, esse custo diminuiria e mais famílias poderiam se beneficiar e consumir. Atualmente, as famílias assessoradas pela Arcas estão se organizando para viabilizar a construção de uma unidade de processamento na região. A Arcas já solicitou o registro da marca junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, já conquistou junto a prefeitura de Fátima, um terreno para sediar a agroindústria e já viabilizou o projeto arquitetônico da construção. A etapa agora é de captação de recursos e acredita-se que a obra de construção poderá ser iniciada ainda em 2023, a partir de uma articulação com o Governo da Bahia.

Na Bahia, 70% do território possui clima semiárido, predominando o bioma caatinga. Estima-se que a região semiárida da Bahia abrigue em média, de 6,7 milhões de pessoas, o que representa algo em torno de 48% da população do estado. Dos 417 municípios da Bahia, 265 estão nesta região. Embora a Arcas atue em 26 municípios do semiárido baiano, o milho utilizado no beneficiamento e relatado nesta experiência veio somente de 7 municípios, ou seja, ainda existe potencial para contemplar muitos agricultores e agricultoras, tendo em vista, que dos 417 municípios da Bahia, 265 estão nesta região.

Agradecimentos

Agradecemos a Arcas e a todos os agricultores e agricultoras que possibilitaram que essa experiência se concretizasse. Também agradecemos as parcerias e projetos executados na região nos últimos anos, com destaque para a Asa, Embrapa, MCP e órgãos financiadores, como o BNDES e o governo da Bahia.

Referências bibliográficas

BAHIA. **Lei Ordinária nº 13572/2016**. Institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido e dá outras providências. Palácio do Governo do Estado da Bahia, 30 de agosto de 2016.

FAGUNDES, Rita; ARAUJO, Maria Aline; CAETANO, Philipe; MAIA, Ana Karoline; ROSA, Tabata. **Do milho crioulo ao cuscuz: avanços e desafios do Movimento**



Camponês Popular em Sergipe nas experiências de produção, beneficiamento e comercialização. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

QUEIROGA, V. P.; SILVA, O. R. R. F.; ALMEIDA, F. A. C. **Tecnologias para o desenvolvimento da agricultura familiar**: bancos comunitários de sementes. Centro Nacional de Pesquisa de Algodão. Campina Grande, 2011.